



Metamorfose no mercado de gás natural¹

Nivalde de Castro²

André Alves³

No Brasil, o gás natural (GN) é tradicionalmente considerado como um subproduto indesejado do processo de exploração e produção de petróleo, recebendo na sua grande maioria os seguintes destinos: (i) consumido nas próprias unidades de Exploração e Produção; (ii) reinjetado nos poços de petróleo; ou (iii) queimado, opção restringida pelas normas da ANP.

Estas alternativas, economicamente ineficientes, ocorrem em decorrência de um conjunto de fatores de política energética, regulatório e da posição monopolista do principal *player* do setor, refletindo um incipiente mercado de gás natural no país.

Nova realidade está se impondo a este status em função direta de um novo cenário, indicado pelas estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que apontam um aumento da oferta líquida de 65 milhões m³/dia para 111 milhões m³/dia, no período de 2017 a 2027. E estimativas ainda preliminares apontam para acréscimo de 15 milhões em 2029. Como consequência, este novo cenário vem impondo uma nova agenda política e econômica para o mercado de GN.

Os Ministérios da Economia e de Minas e Energia vem examinando a implementação de reforma de cunho liberal para que o mercado de GN possa ampliar a oferta deste insumo a preços mais competitivos, para atender uma demanda potencial expressiva do setor elétrico e do setor industrial, contribuindo para alterar a matriz energética e elétrica do Brasil.

¹ Este artigo foi publicado pelo serviço de informação Broadcast da Agência Estado de São Paulo em 05 de junho de 2019.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL - Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

³ Pesquisador do GESEL e doutorando do Programa de Economia da UFF.

Um elemento central da reforma do setor de GN é permitir a participação de outros agentes econômicos e, assim, reduzir a posição hegemônica da Petrobrás, que detém um elevado grau de poder de mercado. A estrutura monopolista também se configura na distribuição do gás natural, com a participação dos governos estaduais e a Petrobrás configurando mercado com baixo nível de competição, afetando a competitividade de setores eletrointensivos, como siderurgia, mineração, fertilizantes e petroquímica, em função dos altos preços do GN. Merece ser destacado que a estrutura atual do mercado de GN, com esta configuração monopolista, expressa uma realidade econômica passada, do pré pré-sal. Daí a justificativa e relevância de um novo mercado.

O início deste processo, que pretende promover uma verdadeira metamorfose do mercado de GN, ocorreu com o Programa Gás para Crescer. Este instrumento de política energética fez um diagnóstico do mercado, mas seus resultados foram limitados, já que nenhuma das propostas formuladas pelo programa foi implementada.

O governo atual estabeleceu como metas do Programa Novo Mercado de Gás Natural: (i) alterar a estrutura monopolista; (ii) solucionar os principais gargalos do mercado de gás; e (iii) promover um choque de preço que favoreça o setor industrial.

Os objetivos do novo programa estão assentados nas expectativas consistentes de aumento da oferta de gás natural vinculada ao pré-sal. A reforma proposta impacta tanto a oferta, quanto a demanda. Pelo lado da oferta, é enfatizada a redução da participação da Petrobras, abrindo espaço para a atuação de outros agentes, criando um ambiente mais competitivo. Pelo lado da demanda, é indicada a necessidade de abertura na comercialização e a criação da figura do consumidor livre de gás natural, em modelo similar ao setor elétrico. Do ponto de vista dos preços, a meta ambiciosa é promover uma redução de 50%. E ainda ao nível da demanda, o setor elétrico tem um papel estratégico para viabilizar este choque de preço, por ser um consumidor âncora para o mercado de GN. Por exemplo, uma UTE com capacidade de 1.000 MW operando consome 5 milhões de m³/dia de GN. Atualmente, a demanda vinculada às UTE é responsável, em média, por 30% do consumo total de GN no Brasil, dependendo basicamente de três variáveis: nível dos reservatórios, volume de chuvas e demanda de energia elétrica. Destaca-se que o país tem 13 GW de capacidade instalada de UTE a GN na matriz e as estimativas da EPE indicam atingir 23 GW, em 2027.

Outro fator do papel decisivo e estratégico do setor elétrico de apoio à reforma do mercado de GN é o planejamento. Nenhum outro setor da economia brasileira consegue oferecer cenários de expansão e, deste modo, orientar as decisões de investimento de médio e longo prazo através dos leilões. Um bom

exemplo de como o setor é diferenciado encontra-se nos resultados do Leilão A-6, realizado em 2017. A *joint venture* entre BP, Siemens e Prumo Logística venceu a competição para a construção do projeto da UTE GNA I, com 1,3 GW de capacidade, com o compromisso de entrar em operação em 2021.

Em suma, os consistentes estudos da EPE orientam e fundamentam os leilões de expansão da capacidade instalada e novas UTE serão construídas para atingir a meta de 23 GW. Nos próximos editais dos leilões, pode-se, por exemplo, incluir prioridade na contratação de projetos com GN do mercado nacional, garantindo a consolidação da metamorfose do mercado de gás natural no Brasil.